Resenha de MOUTHON, Fabrice. Les communautés rurales en Europe au Moyen Âge: une autre histoire politique du Moyen Âge. Rennes: Presses Universitaire de Rennes, 2014. 313p.

Edilson Alves de Menezes Junior•

Enviado em: 26/05/2020
Aprovado em: 28/06/2020

O que configura e constitui um manual de história medieval? Se ponderarmos por "manual" as obras que se propõem, sistematicamente, a abarcar os diversos elementos centrais que constituem um período histórico, a obra de Fabrice Mouthon de fato não enquadrar-se-ia. Todavia, ainda que se admita que o livro de Mouthon sobre as comunidades rurais no medievo não seja um dito manual, seu caráter abrangente e seu trato totalizante da temática ainda podem ensejá-lo como, no mínimo, uma obra fundante da medievalística recente no âmbito da história política.

Fabrice Mouthon é mestre de conferências em história medieval pela Universidade de Savoie, doutorou-se com a tese *Les blés du Bordelais: l'économie céréalière dans les diocèses de Bordeaux et de Bazas (1300-1550)*. Membro do laboratório LLSETI, Mouthon dedica-se a temas diversos concernentes ao campesinato medieval, a produção agrária e a miríade de elementos que compõe o mundo rural da Idade Média[1]. A obra aqui resenhada, além da mais recente síntese do autor quanto a temática das comunidades rurais no medievo, contrapõe-se a boa parte da medievalística francesa. Trata-se, em linhas gerais, de uma obra cujo objetivo é construir uma história do campesinato enquanto sujeito histórico, uma classe social que configura e intervém na esfera política geral. Por si só, esse já seria um esforço digno de nota em se tratando de uma temática tão fundamental à compreensão do medievo quanto secundarizada na medievalística francesa. Não obstante, a riqueza das referências e balanços historiográficos demonstram não apenas a erudição do autor quanto a temática, mas sua profunda inserção crítica as mais diversas tradições historiográficas na França. Além disso, mobilizam-se referências primárias diversas, sob as mais variadas tipologias de fontes

• Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista CNPq e membro dos laboratórios *Translatio Studii* e *Niep-Marx-PréK*. Contato: edilson_menezes@id.uff.br.
[1] MOUTHON, Fabrice. *Savoie médiévale, naissance d'un espace rural (XIe-XVe siècles)*. Chambéry: Société Savoisienne d'Histoire et d'archéologie, 2010; MOUTHON, Fabrice. *Le paysan du Moyen Âge*. Paris: Éditions Jean-Claude Gisserot, 2014.

históricas, o que a torna não restritamente teórico-historiográfica. Elementos esses que, inicialmente, justificam a plena divulgação do livro entre os pesquisadores de história medieval no Brasil.

Por sua vez, já na introdução Mouthon é cristalino quanto a seus objetivos: "a ideia desenvolvida nesse livro é que as comunidades rurais constituíram certamente o quadro de uma vida política local, mas que elas contribuíram igualmente à evolução da paisagem política e institucional global[2]". O autor parte da crítica a tradições diversas da historiografia francesa sob dois eixos fundamentais: o primeiro, as análises que negam qualquer ingerência do campesinato na esfera política no medievo, aventados apenas como um massa silenciosa e vítima da exploração, inertes; um segundo campo, refere-se as pesquisas que, ainda que mobilizem em algum nível a temática das comunidades rurais, são reticentes quanto ao esforço de compreendê-la enquanto ator político geral.

Sob esse princípio, cabe sublinhar, inicialmente, que a abrangência da obra é monumental. Desde a desagregação do Império Romano, no primeiro capítulo, ao estabelecimento de um quadro do "estado do campesinato", no derradeiro capítulo doze, quanto a situação das comunidades rurais e dos movimentos camponeses no final do século XV e início do século XVI. Ainda que haja certa discrepância quantitativa entre a maior abordagem da Baixa Idade Média – área de especialidade do autor – do que sobre a Alta Idade Média, isso não desqualifica o amplo esforço analítico de Mouthon.

O autor resenhado insere-se, assim, no campo de uma "nova" ou "reformulada" história política. Tornou-se comum, durante décadas, de que os estudos históricos – em especial as produções de medievalistas – que ao considerar o campesinato medieval, quando muito, o fizessem a partir de um enquadramento sociocultural. Foi, em algum nível, a dita história do ponto de vista dos debaixo, como Robert Fossier fez consagrar. No âmbito de uma história política e econômica o mais recorrente é, sem dúvida, relegar o campesinato, em boa medida, como um partícipe passivo da História, um grupo social vítima da exploração, mas sem nenhuma ingerência histórica na política de maneira sistemática; justamente nesse sentido que Mouthon inicia sua obra perguntando-se se o campesinato medieval fazia política. Para o autor a resposta a essa pergunta é afirmativa e seu esforço central ao longo de toda obra é configurar a diversidade de formas de organização, tensão e resistências do campesinato que não apenas reagiam aos ensejos senhoriais, mas que configuravam igualmente a realidade medieval. Em outras palavras, o autor procurou demonstrar que o campo político-econômico na Idade Média não é apenas uma construção senhorial, mas também produto histórico da ação de incontáveis homens e mulheres organizados, que a despeito de amplas variações histórico-

[2] MOUTHON, Fabrice. *Les communautés rurales en Europe au Moyen Âge: une autre histoire politique du Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaire de Rennes, 2014. Página 09.

geográfica, não foram apenas produto, mas produtores do que chamamos de história medieval. Nesse sentido, Fabrice Mouthon tem imenso mérito e sua monumental tarefa cumpriu-se, não definitivamente, mas com êxito considerável, isto é, o autor conseguiu demonstrar teórico-empiricamente, fundado em referências primárias diversas, a agência histórica do campesinato como classe, ainda que constrangida pelos próprios limites objetivos e subjetivos daquelas realidades.

Nesse sentido, o autor tem clareza teórica de que a construção de uma história política que decline da análise das relações sociais perde boa parte de sua capacidade explicativa. Isto é, trata-se de analisar, na dialética entre senhores e camponeses, os níveis de ação e influência do campesinato articulado nas diversas comunidades rurais. Não obstante, a limitação em termos de fonte é retumbante, o que mobiliza um outro caráter exemplar da análise de Mouthon: a reinterpretação de fontes históricas e análises historiográficas consagradas, mas que o autor esforçou-se por um salto qualitativo em termos de interpretativos. E, nesse sentido, que as tensões sociais forneceram ao autor amplas referências para, transcendendo das análises tradicionais, aventar possibilidades analíticas pouco comuns no que se refere ao destaque a ação histórica das comunidades rurais[3]. E nesse ínterim que Mouthon procura configurar a Alta Idade Média, no primeiro capítulo, enquanto um processo histórico e dialético - que exigiu alianças, acordos, tensões e rupturas – de constituição processual do regime senhorial laureado de um paulatino e sistemático esforço aristocrático de enquadrar a força produtiva dos *laboratores*. Sublinha-se, ainda, outro mérito do esforço analítico de Mouthon, realizado no segundo capítulo: a abordagem de outras áreas europeias da qual recorrentemente pouco se trata, como a Europa nórdica ou mesmo a longínqua Islândia.

Dado que a proposta da obra é a análise das comunidades rurais na Idade Média inserindo-as na esfera política medieval, o autor perpassa por temas clássicos. Dentre eles, no terceiro capítulo, a relação senhores e camponeses entorno do ano mil e do nível de alterações que ele suscitou; todavia, procura transcender ao debate historiográfico clássico entre "mutacionistas" e "antimutacionistas"[4], mobilizando referências profícuas da antropologia e arqueologia para pensar os impactos dessas alterações conjunturais, em especial, quanto a organização e articulação do campesinato nas comunidades rurais. É nesse sentido que, no quarto capítulo, o autor propõe-se a analisar os limites históricos do processo de "encelulamento", apontando os níveis de resistência aberta ou velada das comunidades rurais nos séculos centrais do medievo, mas também os mecanismos de interação e representação entre as classes. Longe de ser um autor esquemático, Mouthon projeta na dialética interação social os níveis variados de conflitualidade e articulação entre senhores e camponeses. Boa

[3] Ibid. Página 30-32.
[4] Ibid. Páginas 55-56.

parte da historiografia tende a não verificar nos compromissos desses grupos sociais os níveis de ingerência camponesa, posição da qual o autor não partilha[5], visto que considera os compromissos diversos como produto, também, da ação histórica dos camponeses.

No bojo desse esforço analítico, o Mouthon procura caracterizar os níveis diversos de articulação interna das comunidades rurais. Trata-se, fundamentalmente, de territorializar essas comunidades e as configurações que passam a assumir nos séculos XII e XIII. A disputa pelo uso dos incultos, a paróquia como enquadramento senhorial fundamental, etc. Partindo do pressuposto de que a própria produção agrícola supõe níveis diversos de articulação interna e solidariedade entre os produtores – o que também não escapa as tensões sociais – compõe um quadro de formação social articulando o território, e seus condicionantes objetivos, ao conjunto das relações sociais: "o território desempenha um outro papel na formação e cristalização das comunidades. Como parte da luta que opõe vilões ou paroquianos a forças exteriores e vizinhas, trata-se de um poderoso fomento para identidades, visto que só podemos nos afirmar opondo-nos"[6]. Portanto, é o próprio esforço de enquadramento senhorial dessas comunidades, no próprio contraste entre senhores e camponeses, que se afirmam identidades e elementos de articulação interna das comunidades rurais.

Não obstante, habitar um determinado território não basta para construção de uma comunidade, como o aponta fundamentalmente no sexto capítulo. É necessária uma coesão político-simbólica nas comunidades como elementos de linhagem, os laços de sangue e parentesco, vinculação eclesiásticas, etc. A Igreja, nos seus enquadramentos mais locais – paróquias ou capelas - , atua como uma verdadeira "comunidade das almas", segundo o autor, por tratar-se, em especial no reino da França, do principal mecanismo de enquadramento e exploração das comunidades rurais[7], oferecendo um contato com o mundo exterior quanto aos elementos objetivos e subjetivos de identidades internas. De maneiras diversas, a Igreja aparece como o coração da política no mundo rural medieval; tanto aparentemente a favor, como na luta por criação de novas paróquias para evadir-se a extração de rendas de algum abade, quanto negando-a na imediaticidade plácida dos fenômenos, como nos esforços por manter determinados costumes contra os interesses clericais. Seja como for, o enquadramento objetivo e subjetivo que a Igreja oferece é parte integrante da formação e consolidação das comunidades rurais.

Dedicar-se-á, nos capítulos sete e oito, a uma vasta análise conjuntural das transformações históricas dos séculos XII e XIII ponderando, fundamentalmente, a configuração dessas comunidades

[5] Ibid. Páginas 92-94.
[6] Ibid. p. 111.
[7] Ibid. p. 120.

rurais enquanto células de articulação e disputa política. No que concerne a essa temática, trata de analisar um dos elementos indispensáveis para pensar a inserção política dos camponeses: a consolidação de elites rurais, *leadership*. Tal como supor que haja uma homogeneidade social entre a aristocracia, ou que a relação senhorio-campesinato não supõe níveis diversos de intermediários, seja uma franca ingenuidade, no mínimo, tal processo também se opera, dialeticamente, no que tange ao campesinato. As clivagens socioeconômicas dessa classe expressam-se na constituição de elites locais que são absolutamente indispensáveis no enquadramento senhorial, exercem funções locais de reprodução sistêmica do regime senhorial. Entretanto, as elites rurais aparecem tanto quanto reprodução da dominação senhorial quanto em ponto de confluência e articulação das lutas locais das comunidades; e esse aparente paradoxo é muito bem apresentado, com substanciais referências primárias e ampla erudição historiográfica – mobilizando, inclusive, autores não-francófonos.

Por sua vez, fora nos capítulos nove e dez que o autor dispendeu um sistemático esforço historiográfico na caracterização dos elementos de crise da sociedade feudal, mas, sobretudo, do que chamou de um "despertar camponês". Os fatores de desagregação e crise endêmica do feudalismo foram abordados nesses capítulos no intuito de constituir um campo de referências, intelectuais e empíricas, que apresentassem para além do modelo da *jacqueries* o quadro de esgarçamento das tensões sociais que compuseram os dois séculos derradeiros do medievo. Dedicou-se, por outro lado, nos dois últimos capítulos de sua obra a compreensão dos mecanismos de reorganização do regime senhorial mobilizando, especialmente, a reconfiguração das formas de lutas e articulações das comunidades rurais.

Apresentado esse breve quadro da obra de Fabrice Mouthon, retorna-se a questão inicial: seria possível considerar esse livro um "manual" de história medieval? Supõe-se, para fazer jus ao refinamento intelectual de seu autor, que a resposta é dialeticamente dupla – sim e não. É possível responder afirmativamente por tratar-se de uma obra que contém um extenso e sistemático balanço historiográfico das produções mais diversas a respeito do tema das comunidades rurais ao longo do medievo. Nesse sentido, é possível afirmar que se trata, até então, da obra mais sistemática em termos de história política – não apenas como massa dominada, como sublinha o autor na introdução – do campesinato medieval entre a medievalística francesa. É possível responder, por outro lado, negativamente a pergunta por tratar-se de um livro que, a despeito do amplo e audacioso esforço, não buscou compor um quadro geral das sociedades medievais em temáticas diversas – o que pode-se caracterizar por um esforço de manual – introduzindo o leitor as mais variadas frentes de pesquisa. Ainda que em volumosa análise, o intuito elementar do autor foi analisar as formas de articulação e resistência do campesinato, inseri-lo no campo da história política medieval como partícipe, como

sujeito histórico. O autor visitou a Idade Média a contrapelo, sublinhando o que com sistemática frequência não se faz: a ação histórica dessa imensa massa de anônimos.

Naturalmente, como é típico de obras com tamanha ambição, há brechas, desníveis e elementos diversos que podem e devem ser melhor estruturados. Todavia, nada disso oculta a monumentalidade da obra de Fabrice Mouthon, além de seus profícuos apontamentos teóricos, metodológicos e historiográficos. O autor demonstra, sobretudo aos seus pares franceses, que o que é inviável – ao contrário do que dizem – é uma história medieval sem o campesinato. Pode-se dizer, com a mesma ousadia que caracteriza a obra, que foram as mais brilhantes linhas escritas sobre o campesinato medieval nos últimos anos na França.